



REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE



CAETITÉ -BA



Secretaria Municipal de Educação – Centro Administrativo de Caetité
Av. Marlene Cerqueira de Oliveira S/N Prisco Viana. Caetité -BA, 46.400.000

A sociedade democrática não pode, por natureza, ser espontânea. Nenhuma organização social o é... Foi e é uma opção, e só se realiza, se é que chegará um dia a realizar-se, por um tremendo esforço educativo. Por isto é que se afirma que a relação entre democracia e educação é intrínseca e não extrínseca, como sucede em outras formas de sociedade. A aristocracia, a autocracia, o regime de castas, etc, todos podem existir sem educação intencional para todos. Ao contrário, não só prescindem dela, como precisam que ela não haja e velam por impedi-la. A democracia não pode existir sem educação para todos e cada um, pois importa em transformar, não alguns homens, mas todos os homens para - contra tendências hereditárias, sociais, se não biológicas - rematar, por evolução consciente, a obra de violência que vem sendo, desde o começo dos séculos, a obra das sucessivas civilizações, até hoje. Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, mas só a democracia precisa de educação para todos e na maior quantidade possível...

ANÍSIO TEIXEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ

PREFEITO

ALDO RICARDO CARDOSO GONDIM

VICE-PREFEITA

JAQUELE FRAGA TEIXEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IAMARA JUNQUEIRA SOUSA CARVALHO

GERENTE DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

E

ARTICULADORA LOCAL DO CURRÍCULO

MARTA JUVÊNIA NAVARRO CAMELO

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

CLAUDIA CRISTINA PINTO SANTOS

EQUIPE TÉCNICA

ANDRÉA DA SILVA TORRES RODRIGUES BATISTA

LUCIANA TEIXEIRA DUARTE

ROSANY KÁTIA VILASBOAS MOREIRA SILVA



LISTA DE PROFESSORES DOS GRUPOS DE TRABALHOS/GEAS POR SEGMENTO, MODALIDADE DE ENSINO

EDUCAÇÃO INFANTIL

Coordenação do GT/GEA:

Adriana Moreira Pimentel Teixeira
Luzia Souza Freitas
Simone Francisca Martins

Professores Colaboradores:

Grupo I:

Fabiana de Souza Lacerda Frota
Públio
Patrícia Maria Santana.

Grupo II:

Juliana Souza Junqueira Moreira (GT)
Ludmila de Castro Silveira Cavalcanti
Rosana Luísa Araújo Brito Freire

Grupo III:

Camiliana Carneiro Marques (GT)
Eliane de Jesus Ribeiro (GT)
Isana Gomes da Silva
Regina Cláudia Ferreira Alves Santana

Grupo IV:

Alcilene Lisboa dos Santos
Ana Maria da Silva
Ana Paula Neves Gomes (GT)
Carmelita Silva Nascimento
Isana Cristina Santana Neves
Ivanilde Alves Brito Duca
Jaqueline Cirqueira Borges
Maria de Lourdes Xavier Cotrim
Maria Domingas da Silva Alves Santana (GT)
Neide Rodrigues Santana Santos
Patrícia Guedes da Silva Santos
Sílvia Graziella Fraga Azevedo
Vilma Margarete Miranda Alves

Grupo V:

Alaine Lima Fernandes
Ana Marta Borges da Cunha
Edvanda Teixeira Santana
Elinalva Brasil de Souza
Elisângela Dias da Silva Susart
Gisselle Keylla da Silva Cruz
Graciane Borges do Couto
Ivani Neves Miranda (GT)
Jane Gracieth Fraga dos Santos
Kátia Arabela de Souza Pereira Oliveira
Maria Inês Neves Brito (GT)
Maria Regina de Souza Xavier
Marisete Virginia Azevedo
Renata Farias Couto Pimentel



ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Coordenação do GT de LÍNGUA PORTUGUESA: Adriana Lisboa dos Santos Silva

Professores Colaboradores:

Adriana Novais Silva
Dourietson Ricardo Silva Lima
Eliana Maria Fernandes
Eliane Soares Gomes Junqueira
Eva da Conceição Queiroz Caires
Hamilton Trindade de Brito
Ivane Azevedo de Oliveira
Leila Diana Alves Pereira
Márcia Santos Silva
Maria Lúcia do Carmo Couto
Nadja Fernandes Silveira
Valéria Batista Vilasboas

Coordenação do GT de ARTE: Maria Lúcia da Conceição Queiroz Junqueira

Professores Colaboradores:

Claudenice Fernandes de Jesus
Cleitiane Alves Corte
Jane Gleide Magalhães Dias Carvalho
Luciene de Souza Santos
Maria Celma Cotrim de Oliveira Fernandes,
Maria Nilza Fernandes Oliveira Alves
Marleide da Cruz Brito
Miraci Meira Teixeira,
Rita de Cássia Silva Reis Araújo
Suely Maria da Silva
Vilma Vieira Alves
Zilda Cristina Cardoso Oliveira

Coordenação do GT de EDUCAÇÃO FÍSICA: Cristiane Caires de Queiroz Lopes

Professores Colaboradores:

Adelson Xavier Fernandes de Souza
Diana de Oliveira Brito
Elda Aparecida Couto Pimentel
Leidiane Soares Pereira
Luciene da Silva Almeida Cruz
Nelcy Farias dos Santos Carvalho Carvalho
Tâmara da Silva Almeida Gotardo

Coordenação do GT de MATEMÁTICA: Marisângela Santana de Souza Amaral

Professores Colaboradores:

Adriana Gomes Teixeira
Deliene Ledo Fernandes Silva





Francisléia Santos Oliveira
Sidineia Chagas Silva
Sinvaldo Lopes Teixeira
Vilma Souza

Coordenação do GT de CIÊNCIAS: Lígia Karla Santana de Magalhães

Professores Colaboradores:

Cláudia dos Santos Pereira
Edilene Oliveira de Jesus
Edivane das graças Farias de Freitas
Eduarda Malheiros
Eliane Carvalho Morais
Fabiana de Jesus Sila
Fabrícia de Oliveira Guedes
Jerusa Batista Vilasboas
Marta Irene Alves Correia
Sandra Almeida de Souza
Shirlene Souza da Silva Oliveira
Silvana Souza Gomes
Zelina Rodrigues da Silva

Coordenação do GT de GEOGRAFIA: Maria Juliana Araújo Silva

Professores Colaboradores:

Alessandra Brito Santiago
Alessandra Gabriela Silva Oliveira
Ana Lúcia Silva Nunes
Cláudia Fernandes Teixeira Souza
Déborah Cristina dos Santos Ribeiro Guimarães
Maria José Ribeiro dos Santos Silva
Maria José Silva Gomes Fernandes
Nájyla Betrine Batista Chagas
Rita de Cassia Públio Souza Amorim
Rosângela Maria de Oliveira Prates
Rosemeire da Rocha Couto Araújo
Suzana Rosa dos Santos Silva

Coordenação do GT de HISTÓRIA: Denise Farias de Santana

Professores Colaboradores:

Bruna dos Santos Silva Teixeira
Cláudia Maria Aguiar Silva Santos
Edna Lícia Pereira de Matos
Fabiana Silveira Gouveia
Jussimara de Souza Pereira
Maria de Jesus Teixeira Silva
Maria José Alves Sacramento
Maria Nilza Fernandes Oliveira Alves
Marta Irene Alves Correia de Mato





Mary de Carvalho Silva Rodrigues
Patrícia de Oliveira Cardoso
Rita de Cassia L. Martins Silva
Rosineide da Conceição Silva
Shirlane Brito Dourado
Shirlene Souza da Silva Oliveira
Vaneusa Silva Pereira
Vera Lúcia Couto dos Santos

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Coordenação do GT de LÍNGUA PORTUGUESA: Elaine Cristina Tinti

Professores Colaboradores:

Ana Ezileide Martins da Palma Castro
Avaneide David Queiroz Andrade
Cássia Lorena Teixeira Andolfato
Graziane Jesus de Souza
João Victor de Souza Gomes Neves
Joaquim Alves dos Santos
Luciana Rodrigues Santos
Maria Cristina Barbosa Lima
Maria de Souza Paz Frota
Maria Simara de Aguiar
Raylene Lima Santos Nunes
Rita Margareth da Silva
Suzilânia Souza de Oliveira
Tereza Cristina Martins da Palma Santana

Coordenação do GT de ARTE: Fabiano Silva Bomfim

Professores Colaboradores:

Elisete Dias da Silva Oliveira
Fabiana Lopes Mafra
Jaguaracyra da Silva Soares Pereira
Núbia Paula Junqueira Souza
Paula Andréia Viana Silva

Coordenação do GT de LÍNGUA INGLESA: Renara Luíza Alves de Azevedo

Professores Colaboradores:

Carlos César David Silveira
Cleonice de Oliveira Lopes
Fernanda Gomes da Silva
Maria Aparecida de Jesus Brito
Maria da Conceição dos Santos
Marisa Araújo da Silva Lima
Rosiléia Soares Moreira
Sirleide dos Santos Rodrigues Moreira





Coordenação do GT de EDUCAÇÃO FÍSICA: Emílio Aurélio de Carvalho Souza

Professores Colaboradores:

Deiry da Silva Costa
Elizenir Ribeiro da Silva
Evandro Alves Bricídio
Genildo Pinheiro
José Magalhães Fernandes
Marco Aurélio Teixeira Alves
Poliana Lima de Azevedo Santos
Robson dos Santos Neves
Sebastião C. S. Carvalho
Teddy Neves Vieira
Vanessa Junqueira Gomes de Oliveira

Coordenação do GT de GEOGRAFIA:

Fernanda Batista da Silva
Wilkinson Pinto de Carvalho

Professores Colaboradores:

Elaine Dias da Silva Neves
Elisângela Silva Santana
Geize da Silva Santos
Geiziane Oliveira de Azevedo
Iseide Oliveira Silva
Junívio da Silva Pimentel
Kátya Bezerra da Silva
Lúcia Virginia Gondim Santos
Maria Eunice Pereira Marques
Nilzete Silva Lima Públio
Rita de Cássia Fausto de Menezes
Roberta Dias Vilasboas da Hora
Zaiba Marusa Fernandes de Oliveira Souza
Zélia Vilma Couto Soares

Coordenação do GT de HISTÓRIA: Rosângela Alves de Aguiar

Professores Colaboradores:

Dulce Dilma Oliveira Neves
Fabiana Silveira Gouveia
Joane Meiry Brito Nunes
João de Oliveira Chaves
Kyara Kelly R. Santos Maia
Maria Nice Pereira
Maria Rosa da Silva
Marili Xavier Pinto
Marlene Neves da Silva
Nadir de Souza Lédo Aguiar



Coordenação do GT de CIÊNCIAS: Patrícia Pires da Rocha Trindade

Professores Colaboradores:

Alexandre Magno Pais Araújo
Débora Carvalho dos Reis Vilasboas
Edileuza dos Santos Xavier
Eudite Carneiro Fernandes
Luiz Gustavo Neri Bonfim
Maria Aparecida Almeida França
Maria Sônia Menezes de Fausto
Samonze Daniela da Silva Oliveira

Coordenação do GT de MATEMÁTICA:

Neila Cristina Silva Moreira
Timocléia Pessoa Silva

Professores Colaboradores:

Alaine do Amaral Costa
Ângela Maria da Silva Fagundes
Antônio Marcos de Carvalho Pereira
Bruna Nunes Silva Santos
Eliseu Manoel de Carvalho
Joanna D'Arc Martins de SantanaGomes
Jorge Antônio dos Santos
Marcos Fernandes Silva
Maria Aparecida Castro de Paiva
Sílvia Tereza dos Santos

Coordenação do GT de ENSINO RELIGIOSO: Fabiano Silva Bomfim

Professores Colaboradores:

Eliana Maria Fernandes
Gisele dos Santos Gomes
Leidiane Pereira
Maria de Lourdes Araújo Rosa Filha Souza
Miriam Almeida Sampaio
Samonze Daniela da Silva Oliveira

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)

Coordenação do GT/GEA: Anne Císera Teixeira de Santana

Tempo Formativo I

Professores Colaboradores:

Acássia Lene Teixeira Silva	GT – Arte
Carmem Dalila M. C. M. Pinheiro	GT – Português
Clériston R. M. Carvalho	GT – Educação Física

Dóris Silva Batista Freitas	GT – Português
Edelveis Santos Costa	GT – Geografia
Edineusa Cruz Teixeira	GT – Arte / GT – Ciências
Edith Nayara Gomes Fausto	GT – História
Eunice Bastos de Souza	GT – IHABI
Gilda Maria Pereira Cotrim	GT – Matemática
Helenalva de Souza	GT – Geografia
Ivani Maria dos Santos	GT – Matemática
Maria Eunice Pereira Marques	GT – Geografia
Maria José Souza Silva	GT – Arte
Marlene da Silva Souza Cunha	GT – Ciências
Natália Cristina Dias	GT – Ciências
Nildete Junqueira A. da Silva	GT – Matemática
Norma Fernandes de Souza	GT – Português
Núbia Oliveira Frota	GT – Português
Poliana da Silva Gomes	GT – IHABI / GT – História
Romilton Alves Malheiros	GT – Educação Física

Tempo Formativo II

Professores Colaboradores:

Alaine do Amaral Costa	GT – Educação Física
Anderson Ricardo Rodrigues	GT – Ciências
Ângela Maria de Aguiar Sousa	GT – Português / GT – Inglês
Carmem Lúcia Malheiros	GT – História
Clériston R. M. Carvalho	GT – Projeto de Vida / GT – Educação Física
Dayse Cristina Lemos dos Santos	GT – Arte
Edelveis Santos Costa	GT – Geografia
Édson L. dos Santos Silva	GT – Português
Erasmus Martins da Silva	GT – Português
Eunice Bastos de Souza	GT – IHABI
Euvânia Caires de Souza	GT – Arte
Fabiano Santana Lima	GT – Língua Inglesa
Joanne B. Nunes	GT – Matemática
José Cláudio Ledo	GT – Inglês
Jussana Ribeiro	GT – Inglês
Kyara Kelly Rodrigues Santos	GT – História
Maia	
Margareth Brito Dantas Lima	GT – Português
Maria Aparecida de Jesus	GT – Matemática
Maria de Lourdes Araújo R. F. Souza	GT – Matemática



Maria Eunice Pereira Marques	GT – Geografia
Maria Luíza da Silva Cardoso	GT – Arte
Natália Cristina Dias	GT – Ciências
Nyron F. Pereira	GT – História
Poliana da Silva Gomes	GT – IHABI / GT - História
Rita de Cássia Neves de Jesus	GT – Português
Silvano Bezerra da Silva	GT – Matemática

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Coordenação do GT/GEA:

Anselmo Silva de Jesus Sousa
Lucélia Cardoso Batista Azevedo
Rosângela Alves de Aguiar
Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa

Professores Colaboradores:

Adriana Moreira Pimentel Teixeira
Eduardo Silva Dourado
Eldimar Rodrigues da Silva
Elisângela Dias da Silva Susart
Gisele dos Santos Gomes
Kátia Arabela de Souza Pereira Oliveira
Katiucia Magalhães Rodrigues
Leidiane Soares Pereira
Luciana Alves Pereira Ribeiro
Marcos Ted Alves Malheiros
Nadja Fernandes Silveira
Nilta Alves Malheiros
Pauliana dos Santos
Simone Francisca Martins
Sônia Silva Teixeira
Vaneusa Silva Pereira

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Coordenação do GT/GEA: Alessandra Zanete dos Santos Silva Soares

Professores Colaboradores:

Aiane Moreira Vieira
Adriana Alves Moreira Vieira
Amauri Oliveira Azevedo
Ana Paula Neves G. dos Santos
Aparecida Lélia Silva Miranda
Célia S. Gomes Nogueira Caires
Cleitiane Alves Corte
Deyvis Nascimento Rodrigues





Edilene Silva de matos
Eduarda Mendes Malheiros
Fabiana Aguiar F. de Jesus
Graciane Borges do Couto Silva
Hormezinda Lédo Moura
Ilvan Silva Ribeiro Barbosa
Juliano da Silva Vilas Boas
Jussara Rosa Alves de Matos
Maria da Glória T. Guimarães
Maria de Lourdes M. Malheiros
Maria José Batista da Silva
Maria Lúcia Pereira da S. Souza
Marli da Conceição S. e Santos
Nadja Fernandes Silveira
Nilvana Vilasboas Moura
Priscila Teixeira da Silva
Rosimar Fernandes Rodrigues
Tânia Bezerra da Silva
Valdirene Chagas da Silva Soares

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Coordenação do GT/GEA: Telma Jaine da Silva Cardoso Teixeira Bomfim

Professores Colaboradores:

Alaine Lima Fernandes
Ana Marta da Silveira Caldas
Andrea da Silva Lessa
Cymone Martins Cotrim Teixeira
Daniela Nascimento Ferreira
Edifrance Rocha Santos Souza
Gustavo Henrique de Jesus Silva
Iracema Regina Rebouças de Matos Aguiar
Jeane de Cássia Gomes Soares
Joab Jackson dos Santos Silva
Joice Karine Fernandes Silva Pereira
Juliana Oliveira Martins
Larissa de Matos Aguiar
Maria Aparecida Silva Carvalho
Mariza de Jesus Silva
Mércia Patrícia Alves Moreira
Nadja Fernandes Silveira
Naiara do Prado Souza
Núbia Paula Junqueira Souza
Rosineide Costa Brito dos Santos
Teresa Letícia Souza Rodrigues
Vagnelson Ribeiro
Veralucia Rosa Ferreira



DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE (6º E 7º ANOS)
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (HABI) (8º E 9º ANOS)

Coordenação do GT/GEA:

Anselmo Silva de Jesus Sousa
Lucélia Cardoso Batista Azevedo

Professores Colaboradores:

Ana Patricia de Brito Carvalho Freitas
Daniel Reis Lima Mendes da Silva
Eduarda Mendes Malheiros
Erica Dias da Silva
Gabriele Santos Carvalho
Juliane dos Santos Amorim
Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho
Kyara Kelly Rodrigues Santos Maia
Leandro de Sousa Silva
Luciana Oliveira Correia
Luciete de Cássia Souza Lima Bastos
Miléia Santos Almeida
Nadir de Souza Lédo Aguiar
Poliana da Silva Gomes
Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa
Teresa Letícia Souza Rodrigues

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM JORNADA AMPLIADA

Escola Municipal Manoel Lopes Teixeira

EQUIPE GESTORA

Elaine Dias da Silva Neves - Diretora
Elaine Cristina Tinti - Coordenadora
Elza Maria Vieira - Secretária
Nilzete Silva Lima Públio - Vice-Diretora
Rita de Cássia Silva Reis Araújo - Vice-Diretora
Teresa Cristina M. da Palma Santana - Vice-Diretora

DOCENTES

Alex de Oliveira Martins
Alexandre Magno Pais Araújo
Ana Ezileide da Palma Martins
Anderson Ricardo N. Rodrigues
Barbara de Souza Gotardo
Carmem Dalila Moreira C. Muniz
Douglas Lima Rodrigues
Edith Nayara Gomes Fausto
Eduardo Silva Dourado
Elizenir Ribeiro da Silva
Erica Dias da Silva
Gilda Maria Pereira Cotrim



Gislaine Ferreira dos Santos
Joanne Meiry Brito Nunes
Jussana Ribeiro Pereira
Kyara Kelly R. Santos Maia
Leandro de Souza Silva
Luana Oliveira Carneiro
Luciana Teixeira Duarte
Maria de Castro Souza
Maria Eunice Pereira Marques
Marlúcia Pereira Nunes
Miley Pinheiro de Araújo
Núbia Paula Junqueira
Rita de Cássia Fausto de Menezes
Rita de Cássia Silva Reis Araújo
Sayonara Souza Silva
Sirleide dos Santos Rodrigues
Valdiene Aparecida da S. Nascimento
Valnira Rodrigues Gomes
Vanessa Junqueira Gomes



Saudações Educacionais,

A Secretaria Municipal de Educação, atendendo à solicitação da implementação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, assinou o termo de Adesão do Pacto pela Base em 2018 e iniciou discussões e elaboração dos estudos, nomeando em portaria representantes de diversos segmentos para compor um coletivo que teve a tarefa de repensar o currículo municipal sob os mais diferentes olhares, numa construção democrática, respeitando as diversidades, compreendendo e apropriando-se da nossa realidade, e, principalmente, da escrita de um documento que traz características muito peculiares.

Embasado numa ação curricular que visa a formação integral do ser humano, temos agora um novo desafio: a implementação deste documento norteador e fundante para a educação de Caetité.

Após diversos encontros, reflexões e ampliação dos estudos, sempre com a participação efetiva dos profissionais da educação e a contribuição de parcerias como a UFBA, UNCME e Itaú Social; foi, então, elaborado o Referencial Curricular de Caetité.

A Educação não será mais a mesma. Será preciso recriar, reinventar e mudar nossa práxis pedagógica, pois o momento atual nos remete a repensar o papel social da escola e criar condições favoráveis que atendam aos nossos alunos e alunas, de modo muito especial, pois este Referencial Curricular implica nos saberes construídos na coletividade, com respeito aos valores e concepções políticas articuladas na prática cotidiana do saber, do saber-fazer e do saber-ser para que sejam garantidas as aprendizagens elementares e fundamentais aos estudantes de Caetité.

O Documento Curricular Referencial de Caetité, compreendido como o grande esforço da Secretaria Municipal de Educação de Caetité e elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Documento Curricular Referencial Bahia (2019), no sentido de convergir orientações curriculares para as redes pública e privada, terá sua concretização através da elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, com posterior desdobramento em Planos de Ensino, dentre outros documentos que balizam o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, este documento é um ponto de partida que precisa ser apropriado, analisado e testado pelos docentes e gestores no chão da escola, só assim poderemos evoluir na



construção de um currículo que promova verdadeiramente a aprendizagem escolar nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Cientes que este documento é um importante marco na nossa história educacional, queremos, nesta oportunidade, enaltecer o relevante empenho dos profissionais da educação, professores, formadores, gestores, coordenadores pedagógicos, membros da Comissão Municipal de Governança e técnicos da Secretaria, pelos quais manifesto profunda gratidão pelo trabalho comprometido e competente desenvolvido ao longo desta nossa trajetória.

Destacamos ainda as parcerias institucionais que estiveram conosco lado a lado pensando um currículo que corresponda à grandeza e importância do Município de Caetité:

- Fórum Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Educação de Caetité (CMEC);
- Núcleo Territorial de Educação - NTE 13;
- Universidade Estadual da Bahia – UNEB CAMPUS VI;
- Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caetité;
- As unidades escolares das redes de ensino de Caetité: municipal, estadual e particular.

E de maneira muito especial, agradecer a doutoranda Cláudia Cristina Pinto Santos pelo suporte e embasamento na construção deste importante documento neste percurso.

Acreditamos, assim como nosso ilustre conterrâneo Anísio Teixeira, que a melhoria da qualidade da educação se faz assim, democraticamente; não podendo ser apenas um sonho, mas possibilidade concreta de um futuro promissor para todos os nossos educandos.

A todos vocês, o nosso agradecimento pelas contribuições na elaboração deste Documento Curricular Referencial que se consensualiza com o compromisso de garantir uma educação emancipatória, laica, inclusiva, universal e de qualidade a todos os estudantes desta pequenina e ilustre cidade de Caetité.

Iamara Junqueira Sousa Carvalho

Secretária Municipal de Educação



Saudações Curriculantes,

O Referencial Curricular do município de Caetité-BA representa mais do que um documento que organiza as competências e diretrizes para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. É um novo caminho, um norteador que foi construído a muitas mãos num trabalho coletivo de professores, gestores, coordenadores, técnicos da Secretaria Municipal de Educação, membros do Conselho e Fórum Municipal de Educação, além da Comissão de Governança criada para esse fim.

Esse documento é o resultado de um árduo trabalho que iniciou em julho de 2018, tendo como principal objetivo a construção de uma educação para nossos estudantes. Trata-se de um referencial factível, possível e real que traduz a visão da educação para os próximos anos, dando maior legitimidade ao fazer pedagógico nas escolas do Sistema Municipal de Ensino. Ele não faz distinção entre a rede pública e privada, mas apresenta um conjunto de saberes pedagógicos que serão fundamentais na vida escolar de cada estudante, respeitando a autonomia das escolas, pois o que se deve garantir é a oferta de um ensino de qualidade, oportunidade e de transformação social que zelem pelo direito à aprendizagem.

O desafio da implantação conta com o protagonismo dos profissionais da educação e se inicia com a reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades de ensino que devem traduzir os anseios, desejos e necessidades da comunidade escolar. Mas para garantir êxito no processo ensino-aprendizagem, o educador precisa compreender a relação deste documento com o seu dia-a-dia na sala de aula, ter consciência e compreensão dos preceitos aqui tratados e a capacidade de trabalhá-los com autonomia, de forma dialogada com seus pares, com a gestão escolar e com seus estudantes.

Ter um currículo de referência para o município de Caetité-BA potencializa a proposta de fortalecimento dos princípios do direito à aprendizagem de qualidade, da equidade, do reconhecimento e da valorização das diversidades, da inclusão e da gestão democrática e participativa, com vistas a promover a educação em sua integralidade.

Essa não é uma missão fácil, assim como não foi simples reunir todos os envolvidos na construção desse Referencial Curricular, com seus diferentes olhares, em meio a condicionantes sociais diferenciados. Afinal, segundo Anísio Teixeira,



nosso conterrâneo, na escola deve haver educação em tempo integral e construção coletiva dos saberes, além de um ensino pautado na promoção do diálogo, da curiosidade e do posicionamento crítico.

Caetité, 05 de outubro de 2020.

COMISSÃO MUNICIPAL DE GOVERNANÇA



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	26
2.	PERCURSO HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE CAETITÉ	27
3.	CENÁRIOS, PERCURSO E IDENTIDADES CURRICULARES LOCAIS	36
4.	MARCOS LEGAIS	41
5.	MARCOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	47
6.	EDUCAÇÃO INTEGRAL	51
7.	TEMAS GERADORES	55
8.	APRENDIZAGEM	57
9.	AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	60
10.	ORGANIZADORES CURRICULARES	69
11.	EDUCAÇÃO INFANTIL	71
11.1.	CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIGENTE	71
11.1.1.	A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil	74
11.1.2.	A Oferta de Educação Infantil no município de Caetité na rede pública	79
	REFERÊNCIAS	83
11.2.	ORGANIZADORES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	85
11.2.1.	Grupo I	85
11.2.2.	Grupo II	90
11.2.3.	Grupo III	95
11.2.4.	Grupo IV	101
11.2.5.	Grupo V	117
	REFERÊNCIAS	125
12.	ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	127
12.1.	ORGANIZADORES CURRICULARES PARA ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	130
12.2.	LÍNGUA PORTUGUESA	132
12.2.1.	1º ano	132
12.2.2.	2º ano	142
12.2.3.	3º ano	155
12.2.4.	4º ano	171
12.2.5.	5º ano	183
12.3.	ARTE	203
12.3.1.	1º ano	203
12.3.2.	2º ano	211

12.3.3.	3º ano	221
12.3.4.	4º ano	232
12.3.5.	5º ano	238
12.4.	EDUCAÇÃO FÍSICA.....	250
12.4.1.	1º ano e 2º ano	250
12.4.2.	3º ano ao 5º ano	255
12.5.	MATEMÁTICA	261
12.5.1.	1º ano	261
12.5.2.	2º ano	268
12.5.3.	3º ano	273
12.5.4.	4º ano	281
12.5.5.	5º ano	289
12.6.	CIÊNCIAS	299
12.6.1.	1º ano	299
12.6.2.	2º ano	303
12.6.3.	3º ano	309
12.6.4.	4º ano	316
12.6.5.	5º ano	322
12.7.	GEOGRAFIA	332
12.7.1.	1º ano	332
12.7.2.	2º ano	337
12.7.3.	3º ano	339
12.7.4.	4º ano	346
12.7.5.	5º ano	350
12.8.	HISTÓRIA	354
12.8.1.	1º ano	354
12.8.2.	2º ano	359
12.8.3.	3º ano	364
12.8.4.	4º ano	372
12.8.5.	5º ano	378
12.9.	ENSINO RELIGIOSO.....	388
12.9.1.	4º ano	388
12.9.2.	5º ano	396
	REFERÊNCIAS	402
13.	ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS.....	404
13.1.	O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DOS ANOS FINAIS.....	408
13.2.	ORGANIZADOR CURRICULAR - LÍNGUA PORTUGUESA	411

13.2.1.	6º ano	415
13.2.2.	7º ano	438
13.2.3.	8º ano	460
13.2.4.	9º ano	487
	REFERÊNCIAS	515
13.3.	ORGANIZADOR CURRICULAR – ARTE.....	516
13.3.1.	6º ano	524
13.3.2.	7º ano	542
13.3.3.	8º ano	560
13.3.4.	9º ano	576
	REFERÊNCIAS	594
13.4.	ORGANIZADOR CURRICULAR - LÍNGUA INGLESA.....	595
13.4.1.	6º ano	600
13.4.2.	7º ano	605
13.4.3.	8º ano	612
13.4.4.	9º ano	620
	REFERÊNCIAS	624
13.5.	ORGANIZADOR CURRICULAR – EDUCAÇÃO FÍSICA	625
13.5.1.	6º ano e 7º ano	629
13.5.2.	8º ano e 9º ano	639
13.6.	ORGANIZADOR CURRICULAR – MATEMÁTICA	651
13.6.1.	6º ano	666
13.6.2.	7º ano	689
13.6.3.	8º ano	716
13.6.4.	9º ano	735
	REFERÊNCIAS	757
13.7.	ORGANIZADOR CURRICULAR - CIÊNCIAS	758
13.7.1.	6º ano	762
13.7.2.	7º ano	787
13.7.3.	8º ano	804
13.7.4.	9º ano	820
	REFERÊNCIAS	833
13.8.	ORGANIZADOR CURRICULAR – HISTÓRIA	834
13.8.1.	6º ano	837
13.8.2.	7º ano	849
13.8.3.	8º ano	860
13.8.4.	9º ano	882

13.9. ORGANIZADOR CURRICULAR – GEOGRAFIA.....	919
13.9.1. 6º ano	922
13.9.2. 7º ano	930
13.9.3. 8º ano	942
13.9.4. 9º ano	956
13.10. ORGANIZADOR CURRICULAR – ENSINO RELIGIOSO	971
13.10.1. 6º ano	980
13.10.2. 7º ano	984
13.10.3. 8º ano	991
13.10.4. 9º ano	996
REFERÊNCIAS	1001
13.11. DISCIPLINAS DIVERSIFICADAS	1002
13.11.1. 6º ano	1010
13.11.2. 7º ano	1018
13.11.3. 8º ano	1027
13.11.4. 9º ano	1033
REFERÊNCIAS	1041
14. MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	1042
14.1. PRÉ-ESCOLA (GRUPO IV E V)	1048
14.2. 1º ANO AO 3º ANO	1061
14.3. 4º E 5º ANOS.....	1077
14.4. 6º ANO E 7º ANO	1090
REFERÊNCIAS	1104
15. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)	1105
15.1. TEMPO FORMATIVO I	1117
15.1.1. Eixo I	1117
15.1.1.1. Língua Portuguesa	1117
15.1.1.2. Arte.....	1125
15.1.1.3. Educação Física.....	1129
15.1.1.4. Matemática	1133
15.1.1.5. Ciências	1137
15.1.1.6. História	1141
15.1.1.7. Geografia	1144
15.1.2. Eixo II	1149
15.1.2.1. Língua Portuguesa	1149
15.1.2.2. Arte.....	1156
15.1.2.3. Educação Física.....	1160
15.1.2.4. Matemática	1164

15.1.2.5. Ciências	1168
15.1.2.6. História	1172
15.1.2.7. Geografia	1178
15.1.3. Eixo III	1183
15.1.3.1. Língua Portuguesa	1183
15.1.3.2. Arte.....	1189
15.1.3.3. Educação Física.....	1193
15.1.3.4. Matemática	1196
15.1.3.5. Ciências	1200
15.1.3.6. História	1204
15.1.3.7. Geografia	1209
15.1.3.8. Identidade, História Afro-brasileira e Indígena (IHABI)	1214
15.2. TEMPO FORMATIVO II	1219
15.2.1. Eixo IV.....	1219
15.2.1.1. Língua Portuguesa	1219
15.2.1.2. Arte.....	1223
15.2.1.3. Educação Física.....	1229
15.2.1.4. Inglês	1232
15.2.1.5. Matemática	1236
15.2.1.6. Ciências	1241
15.2.1.7. História	1244
15.2.1.8. Geografia	1250
15.2.2. Eixo V.....	1258
15.2.2.1. Língua Portuguesa	1258
15.2.2.2. Arte.....	1263
15.2.2.3. Educação Física.....	1267
15.2.2.4. Inglês	1270
15.2.2.5. Matemática	1274
15.2.2.6. Ciências	1279
15.2.2.7. História	1284
15.2.2.8. Geografia	1294
15.2.2.9. Projeto de Vida.....	1298
REFERÊNCIAS	1305
16. EDUCAÇÃO DO CAMPO	1307
16.1. MARCOS NORMATIVOS	1309
16.2. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	1311
16.3. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	1312
16.4. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	1314
REFERÊNCIAS	1318

16.5. ORGANIZADOR CURRICULAR	1320
16.5.1. Educação Infantil	1320
16.5.2. 1º ano ao 3º ano	1334
16.5.3. 4º ano e 5º ano	1344
16.5.4. 6º ano e 7º ano	1359
16.5.5. 8º ano e 9º ano	1374
REFERÊNCIAS	1380
17. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	1382
17.1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	1382
17.2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	1394
17.3. ESPAÇO EDUCACIONAL ACESSÍVEL	1400
17.3.1. Deficiência Visual	1401
17.3.2. Deficiência Física	1402
17.3.3. Surdez.....	1403
17.4. ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE APOIO A INCLUSÃO	1404
17.5. AÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	1405
17.5.1. Ação pedagógica das salas de aula comum	1406
17.5.2. Ação pedagógica do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	1406
17.5.3. Ação pedagógica no serviço de itinerância	1409
17.5.4. Organização das turmas.....	1410
17.5.5. Profissionais da Educação Especial Inclusiva.....	1412
17.6. ACESSIBILIDADE CURRICULAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO COMUM.....	1427
17.6.1. Do ponto de vista organizacional	1428
17.6.2. Do ponto de vista das relações.....	1429
17.6.3. Do ponto de vista da formação dos profissionais	1430
17.6.4. Do ponto de vista da prática	1431
17.6.5. Operacionalizando as adaptações curriculares.....	1433
17.6.5.1. Deficiência Visual	1433
17.6.5.2. Deficiência Intelectual	1450
17.6.5.2.1. Educação Infantil.....	1456
17.6.5.2.2. Anos Iniciais	1459
17.6.5.2.3. Anos Finais	1465
17.6.5.2.4. Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI).....	1467
17.6.5.3. Deficiência Múltipla	1470
17.6.5.4. Deficiência Física.....	1472
17.6.5.5. Surdez.....	1474

17.6.5.6. Surdocegueira.....	1491
17.7. ACESSIBILIDADE CURRICULAR PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA	1492
17.7.1. Educação Infantil	1495
17.7.2. Ensino Fundamental	1499
17.7.3. Ensino Médio.....	1504
17.8. ACESSIBILIDADE CURRICULAR ÀS PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO.....	1509
17.8.1. Sugestões de acesso ao currículo	1519
17.9. CURRÍCULO FUNCIONAL.....	1526
17.9.1. Tipos de apoio	1534
17.9.2. Avaliação para as aprendizagens, em perspectiva inclusiva	1535
17.9.3. Certificação/ Terminalidade Específica.....	1540
17.9.4. Aceleração de estudos	1542
REFERÊNCIAS	1543
18. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM JORNADA AMPLIADA E CIDADE EDUCADORA	1550
18.1. CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	1553
18.2. LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	1556
18.2.1. 6º ano	1556
18.2.2. 7º ano	1574
18.2.3. 8º ano	1588
18.2.4. 9º ano	1602
18.3. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS	1618
18.3.1. Dança - 6º ano	1618
18.3.2. Robótica - 7º ano	1620
18.3.3. Teatro - 8º ano.....	1621
18.3.4. Vivências artísticas - 9º ano	1623
18.4. ATIVIDADES ESPORTIVAS	1624
18.4.1. Futsal – 6º ano	1624
18.4.2. Futebol – 7º ano	1629
18.4.3. Vôlei – 8ºano	1631
18.4.4. Handebol/ Natação – 9º ano	1633
REFERÊNCIAS	1639
ANEXOS.....	1641
QUADROS DE MATRIZES CURRICULARES.....	1642
QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	1643
QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	1644



QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS.....	1645
QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO INTEGRAL	1646
QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)	1647

1. APRESENTAÇÃO

O **Referencial Curricular Municipal de Caetité** é fruto de uma ação coletiva, colaborativa e participativa que se desenvolveu ao longo de 2019 a 2020, sob a direção da Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à política nacional de currículo, implementada por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direitos das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar” (BRASIL, 2017) e que institui com poder mandatório. Importante salientar, em que pese o caráter normativo da BNCC, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9.394/96), é garantido a autonomia das instituições escolares e seus sistemas de ensino de adotarem formas de organização e propostas que julgarem necessários. Nessa mesma direção se coloca o Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) – CEE/CP Nº 196/2019 de 13 de agosto de 2019, em consonância com a LDB; Lei Nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei Nº 13.559/16, que aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE), bem como a Lei Municipal nº 789/2015, do Plano Municipal de Educação (PME).

Neste contexto, desenvolve-se o processo de revisão e (re)elaboração do currículo escolar, articulando contribuições das diversas representações educacionais: Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, professores e professoras das redes pública e privada. À luz dos princípios democráticos e da educação como direito na perspectiva de Anísio Teixeira, da pedagogia revolucionária a partir de Paulo Freire e da pedagogia histórico-crítica enquanto concepção pedagógica norteadora do trabalho pedagógico, estabelecemos os fluxos de estudos e análises acerca da proposta curricular da BNCC e do DCRB, construindo assim, entendimentos e mecanismos capazes de promover a reflexão das contradições e desenvolver concepção de currículo que se materialize na garantia do direito de aprender e na formação integral humana. Para tanto, prioriza-se a formação dos professores envolvidos na produção como pressuposto para análise e desenvolvimento das referidas propostas curriculares.



De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Contudo, considerando a conjuntura política pela qual a Base é implementada e a autonomia da rede municipal de ensino, optamos por pensar um currículo local a partir da realidade, experiências e da trajetória histórica do município com a participação efetiva do coletivo docente por meio da formação de grupos de estudos objetivando o aprimoramento e compreensão aprofundada da BNCC e do DCRB. Desta forma, este documento é um instrumento orientador, tem em sua natureza o objetivo de direcionar e apoiar o trabalho docente.

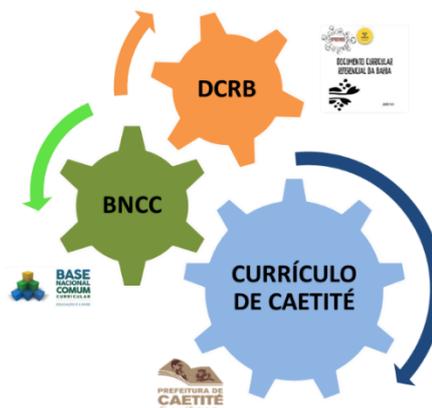
2. PERCURSO HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE CAETITÉ

Após aprovação da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental em 2017/2018, foi elaborado o Documento Curricular Referencial da Bahia. Paralelo a esse processo, os municípios já se mobilizavam participando dos encontros formativos direcionados ao debate de currículo. Importa salientar que o DCRB, pela sua natureza e articulação local, passa a ocupar lugar de referência para reelaboração dos currículos na esfera municipal. Desse modo, vale destacar como se estrutura o referido documento:

Estruturado pelos Campos de Experiência na Educação Infantil e por Competências no Ensino Fundamental, o Referencial Curricular - prevê, também, em sua constituição, abertura e flexibilidade para que as escolas e seus educadores possam conjugar outras experiências curriculares, pertinentes e relevantes, tendo como critério para a escolha pedagógica dessa conjugação, modelos curriculares pautados em pedagogias ativas e de possibilidades emancipacionistas que deve permear os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP e as ações pedagógicas tais como: reuniões, planejamentos e horas dedicadas ao objeto das aprendizagens da comunidade escolar. (DCRB, p.25)

De forma muito direta, fazendo as considerações necessárias e indispensáveis, o DCRB, totalmente alinhado a BNCC, passa a ser uma das referências mais importantes para a organização do currículo dos municípios.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Neste contexto o estudo e ampliação de debate acerca da revisão e reelaboração do currículo exige ampla participação dos profissionais da educação e em especial, do professor.



A participação dos profissionais da educação, a linha de pensamento e concepção de currículo por competências e habilidades, bem como, a compreensão acerca do momento histórico em que se redefine caminhos para os processos formativos representam um campo da educação que requer dedicação de análise de conjuntura, aprofundamento sobre o papel da escola e do projeto de sociedade que estamos a construir.

A importância da mobilização em torno do estudo, reflexão, revisão e reelaboração do Currículo Escolar do município de Caetité ocupa centralidade para dinâmica da elaboração do Referencial Curricular do município, pois era indispensável considerar os pressupostos teóricos metodológicos da rede, que se afirmam a partir de concepções pedagógicas contra-hegemônicas. Paralelamente a isso, respeitar todos os documentos e referenciais que postulam a lógica do pensamento da BNCC, construir os nossos próprios conceitos e entendimentos e constituir princípio fundamental para autonomia e legitimidade do processo. Esse foi o nosso maior desafio.

Contudo, fomos construindo estratégias para ampliação de espaços que nos permitissem o olhar atento e cuidadoso em torno do currículo, que aliás, representou a grande contribuição do movimento pela BNCC. Voltamo-nos para o currículo escolar, resgatamos o debate sobre sua importância e intencionalidade, isso foi positivo. Neste sentido, foi criado o Comitê de Governança, grupo responsável pelos processos de elaboração do referencial, que inicia seus estudos a partir da BNCC. Este comitê foi constituído com a participação do Conselho Municipal de Educação,

representantes da Secretaria Municipal de Educação de Caetité, da Universidade e diversos profissionais implicados com a pauta da educação escolar. A partir de setembro de 2019, ampliamos espaço de estudos e formação, foram estabelecidos processos, fluxos e pautas formativas direcionadas à formação de equipes de currículo e grupos de trabalho formados por professores de diversas áreas do conhecimento, configurando os seguintes coletivos:

- a) Formação de Coordenação Geral de Currículo (Gerência de Ensino);
- b) Formação de Equipe de Currículo (Coordenadores pedagógicos - rede pública e rede privada-, Fórum de educação, universidade, representante do sindicato dos professores, Conselho municipal de educação e técnicos da Secretaria de educação);
- c) Formação de Grupos de Trabalho de Currículo – Professores de todas as áreas e segmentos.

Com a Equipe de Currículo foram realizados encontros formativos para estudo das seguintes pautas:

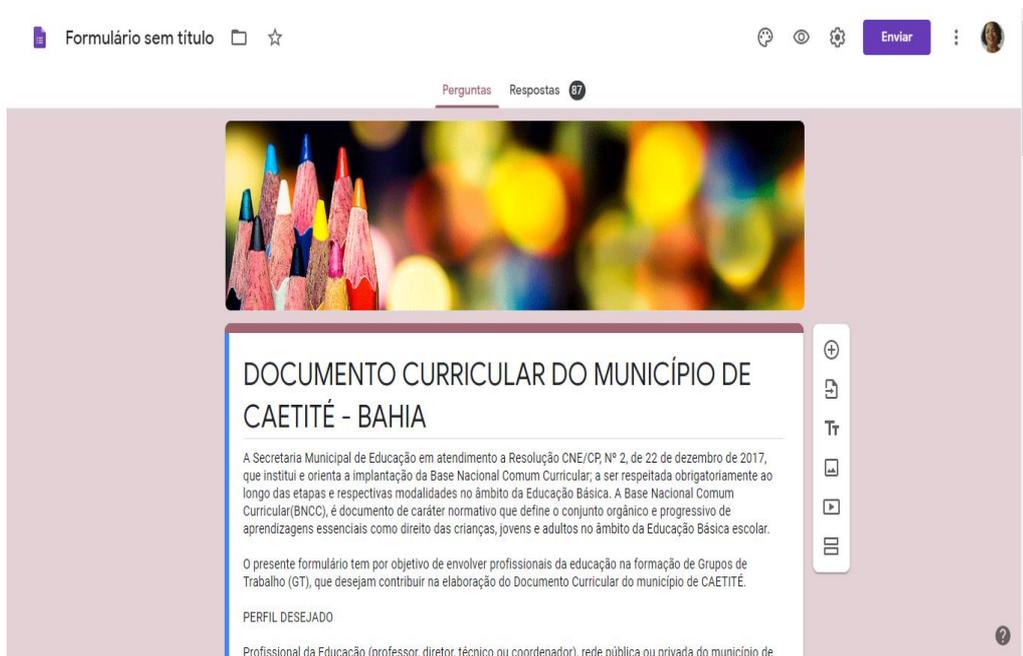
Pautas Formativas

PERÍODO	ATIVIDADES	PAUTAS FORMATIVAS
Setembro de 2019 a	Encontro Formativo	Histórico da BNCC e atual Conjuntura Política.
	Encontro Formativo	Estrutura da BNCC e do Documento Curricular Referencial da Bahia, concepção de currículo. Mergulho nas Etapas.
	Seminário Educação Integral	GT- Pedagogia Histórico Crítica – Elementos para Fundamentação Teórica.
	Encontro Formativo	Concepção de Currículo, escola, política e sociedade; Política de Currículo Nacional.
	Encontro Formativo	Currículo, concepção de competências e Campos de experiência; Contradições da BNCC: Ensino Religioso, Diversificada e Ciclo de Alfabetização; Elaboração do Formulário de Inscrição e participação dos profissionais da educação.

Fevereiro de 2020	Reunião de Coordenação Geral	Estudo da Recomendação Conjunta elaborada pela UNCME e pelo Conselho Estadual de Educação, aprovada pelo pleno do CEE e pela UNCME Bahia, com a finalidade de orientar os Conselhos Municipais de Educação quanto à implementação da BNCC (enquanto aguardamos o processo de análise e Parecer do CEE sobre o Documento Referencial Curricular Bahia, entregue em sua versão final ao referido órgão em 29 de janeiro deste ano, conforme consta na referida nota).
	Encontro Formativo	Organização dos Grupos de Trabalho; Definição do Quadro de Matriz Curricular; Orientação para elaboração do Organizador Curricular.
	Encontro Formativo	Acolhimento, diálogos e orientações dos profissionais da educação que irão compor os GT's dos componentes, etapas, segmentos e modalidades.
	Jornada Pedagógica/Encontros Formativos	Revisão geral envolvendo coletivos de professores e continuidade do processo formativo; Organização dos Grupos de Trabalho; Definição do Quadro de Matriz Curricular; Orientação para elaboração do Organizador Curricular.

Os Grupos de Trabalhos de Currículo foram formados por meio da participação voluntária através de convite popular e inscrição automática e convite em Formulário de inscrição para participação dos profissionais da educação das redes pública e privada, participação facultativa. Link de inscrição: <https://forms.gle/75L4ZX1G2GEEHXsi6>. Neste convite se inscreveram quase cem professores, no desenvolvimento dos trabalhos, o número de professores

participantes foi sendo ampliado e os professores foram se inserindo nos grupos segundo sua área de atuação, interesse, formação e necessidade do coletivo.



The image shows a screenshot of a Google Form. At the top, the title is "Formulário sem título". There are navigation icons for back, forward, and search, along with an "Enviar" (Send) button. Below the title, there are tabs for "Perguntas" (Questions) and "Respostas" (Answers), with "Respostas" showing 87 responses. The main content area features a header image of several colored pencils. Below the image, the title of the form is "DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ - BAHIA". The text of the form reads: "A Secretaria Municipal de Educação em atendimento a Resolução CNE/CP, Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular; a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar. O presente formulário tem por objetivo de envolver profissionais da educação na formação de Grupos de Trabalho (GT), que desejam contribuir na elaboração do Documento Curricular do município de CAETITÉ. PERFIL DESEJADO Profissional da Educação (professor, diretor, técnico ou coordenador), rede pública ou privada do município de". On the right side of the form, there are icons for adding, deleting, and other actions.

O referido formulário teve por objetivo envolver profissionais da educação na formação de Grupos de Trabalho (GT) para contribuir na elaboração do Documento Curricular do município de Caetité. Além do formulário, foram utilizadas outras ferramentas para convidar e, conseqüentemente, ampliar a participação docente no processo de elaboração, a saber: convite pela rádio comunitária local, mensagens em WhatsApp, ofício institucional etc. A implementação de esforços para assegurar a participação dos professores é importante para que se desenvolva de forma valiosa, enriquecedora e decisiva a consolidação de uma produção responsável que se construa a partir do coletivo, da participação e colaboração de todos.

Mobilizar os professores da rede municipal para estudo e elaboração do Documento Curricular de Caetité a partir da compreensão e leitura crítica do Documento Referencial da Bahia e da BNCC, constitui ação indispensável para realização dessa tarefa, pois o currículo se faz é na escola e com o professor. Contudo, em meio a tantas tarefas e indisponibilidade de tempo para o processo formativo, contar com a participação desse profissional compõe grade desafio. Dessa forma, a equipe de coordenares pedagógicos que atuam diariamente com os

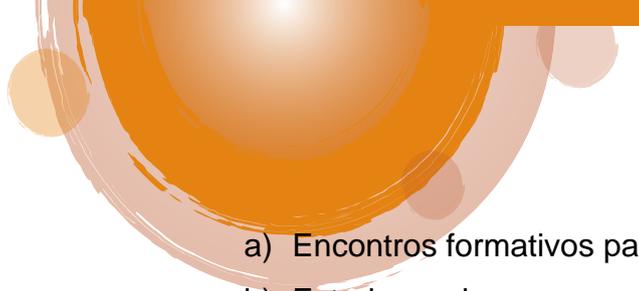
professores nos horários de planejamento configuram elo estratégico para esse envolvimento e articulação.



Descrever este percurso é reconhecer os desafios que a BNCC impôs a todos e a cada um. São eles: compreender de forma crítica as concepções e premissas da base; acolher e refutar o que for possível, revisar o nosso fazer pedagógico, nos reconhecemos enquanto circulantes e nos autorizarmos a pensar novos caminhos; perceber os impactos da atual conjuntura política e, por fim, nos adequarmos a um cenário mundial imposto pela pandemia da COVID -19, que até o presente momento transforma a vida de todos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS, Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e especialistas do mundo, a proliferação do novo coronavírus (COVID-19) é uma ameaça à vida humana. Sendo assim, orientam a população para adoção do distanciamento social como pressuposto básico para conter o avanço da contaminação entre as pessoas e dessa forma evitar um número maior de mortes.

Frente ao grave problema de saúde pública reconhecido como pandemia, as escolas foram fechadas por tempo indeterminado e as atividades pedagógicas presenciais suspensas. Assim, a continuidade para elaboração do Referencial Curricular ficou impedida de ser desenvolvida por meio dos encontros formativos presenciais. No primeiro momento paralisamos... Depois, analisamos as etapas de trabalho que já haviam sido percorridas e se fez necessário avaliar como prosseguir. Das etapas:

- 
- a) Encontros formativos para leitura e análise crítica da BNCC e do DCRB;
 - b) Estudos sobre concepção de currículo e decisão pela elaboração do currículo local;
 - c) Mobilização para participação dos professores no processo de elaboração;
 - d) Considerações acerca das Contradições na BNCC e DCRB;
 - e) Análise da Matriz Curricular em vigência.

A pandemia nos encontrou exatamente neste ponto. Foi preciso nos reinventarmos para prosseguir e nos reinventamos. Por meio do uso das tecnologias digitais, passamos a desenvolver encontros virtuais por meio do Google Meet, estruturar ambiente virtual de estudos como o Google Classroom, grupos de whatsapp, muito planejamento e definição de prazos. Tudo muito novo e dinâmico, com todo o esforço para vencer mais uma etapa e construímos, juntos e juntas, os organizadores curriculares, sistematização completa do documento, realização de audiência pública virtual, até chegarmos à homologação deste documento. Todo esse processo contou com, exceto o registro da audiência pública, encontros virtuais previamente agendados e organizados por grupo de trabalho de acordo com área, componente ou modalidade de ensino. Além dos debates específicos, a equipe também participou de diversas lives formativas, estudos e debates promovidos pelo Programa de (re)elaboração dos Referenciais Curriculares Municipais, organizados pela UNDIME-BA em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, Universidade Federal da Bahia-UFBA e a Fundação Itaú.

Todos os esforços foram implementados para garantir a continuidade do debate, dos estudos e das produções sobre o currículo local, priorizando a participação dos profissionais da educação, em especial dos professores e professoras que responderam positivamente ao processo.

1. Encontros Virtuais Específicos dos Grupos de Trabalho:

HORÁRIOS	DATA	MUNICÍPIO	GRUPO TRABALHO	PAUTA FORMATIVA
14h	19/04/2020	Caetité	Planejamento de trabalho virtual	
14h	29/04/2020	Caetité	Educação Infantil	Concepção e Organizador Curricular
14h	13/05/2020	Caetité	EF-Ciclo de Alfabetização	Concepção e Organizador Curricular
14h	29/05/2020	Caetité	EF - Anos Iniciais	Concepção e Organizador Curricular
14h	05/06/2020	Caetité	EF - Anos Finais	Concepção e Organizador Curricular
14h	12/06/2020	Caetité	Modalidades de Ensino	Concepção e Organizador Curricular
14h	19/06/2020	Caetité	EJAI	Concepção e Organizador Curricular
14h	29/06/2020	Caetité	Educação Infantil	Concepção e Organizador Curricular
14h	03/07/2020	Caetité	EJAI	Concepção e Organizador Curricular
17h	07/07/2020	Caetité	Coordenação de GEAs/GT	Concepção e Organizador Curricular
15h	06/07/2020	Caetité	Educação Infantil	Concepção e Organizador Curricular
15h	15/07/2020	Caetité	Educação Especial	Concepção e Organizador Curricular
10h	16/07/2020	Caetité	Anos Iniciais Ensino Fundamental	Concepção e Organizador Curricular
16:30	23/07/2020	Caetité	Educação Especial	Concepção e Organizador Curricular
10h	24/07/2020	Caetité	Educação do Campo e Quilombola	Concepção e Organizador Curricular
10	03/08/2020	Caetité	Educação Integral	Concepção e Organizador Curricular
10h	07/08/2020	Caetité	Educação Integral	Concepção e Organizador Curricular
16h	11/08/2020	Caetité	Estrutura do referencial	Equipe Gestora

2. Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares Municipais:

Objetivo do Programa: Realizar ação formativa conjunta para que todos os municípios baianos possam construir e terem homologados seu Referencial Curricular, preferencialmente tendo como base o Documento Curricular Referencial da Bahia, contemplando adaptações/contextualizações locais e territoriais.

A participação dos municípios no Projeto de (re)elaboração de Referenciais Curriculares nos municípios baianos se deu por adesão, mediante assinatura pelo(a) Dirigente Municipal de Educação de Termo de Compromisso, firmado antes do início dos trabalhos. O termo foi disponibilizado por e-mail, assinado e enviado para Coordenação Estadual por meio dos Formadores. Na organização local, o município instituiu a Comissão Municipal de Governança. O ProBNCC vem orientando, desde 2018, que os municípios criem essa Comissão com o objetivo de coordenar a nível

local os trabalhos de discussão curricular. Neste sentido, o Município de Caetité já havia publicado portaria de criação de Comissão de Governança.

O Programa aconteceu no período de maio a setembro de 2020, contribuindo imensamente para o processo formativo acerca do currículo.



No entanto, o processo de pensar, revisar, modificar, construir e reconstruir diretrizes curriculares é dinâmico e contínuo. A sistematização ou organização do presente documento não se conclui em si mesmo. As orientações, princípios e valores colocados aqui podem e devem ser alterados a qual quer tempo, desde que se garantam processos formativos e participação efetiva do coletivo docente. Além das possibilidades de contínuas revisões, sabe-se que para o período pós-pandemia, pensando para 2021/2022, três ações pontuais fazem parte do processo iniciado com a elaboração deste documento que tem em sua essência a condição de inacabado.

- a) Colóquio sobre Currículo;
- b) Projeto Político Pedagógico a partir da atualização do documento curricular;
- c) Formação Continuada para professores.

Em todo o percurso constatamos a importância do processo formativo. A ampliação dos espaços e oportunidades de formação continuada para os profissionais da educação são condição *sine qua non* para a melhoria e qualificação do trabalho pedagógico, do currículo, da aprendizagem do desenvolvimento humano integral. Nessa direção, após período pandêmico de distanciamento social, a expectativa é a continuidade das reflexões e discussões acerca do currículo e do fortalecimento das

concepções pedagógicas que norteiam o trabalho pedagógico. O aprofundamento da abordagem curricular por meio das formações com universidades e instituições de ensino superior, realização de atividades como fóruns, colóquios e seminários virtuais e presenciais refletem necessidade latente. A revisão e adequações do Projeto Político Pedagógico (PPP) se desenvolverão a partir de um conjunto de ações articuladas.

3. CENÁRIOS, PERCURSO E IDENTIDADES CURRICULARES LOCAIS

O município de Caetité está localizado a 757 km de Salvador, no Sertão da Bahia, enraizado pela sua história e lutas. É considerado um dos mais antigos municípios da Bahia, constituído no período colonial. Caetité, considerada como cidade histórica, cultural e educacional, também recebe o título de berço da Educação, pois sediou a primeira Escola Normal de toda região.



De acordo com IBGE, a taxa de escolarização de 0 a 14 anos é praticamente universalizada. Além disso, em 2017, o número de matrículas no ensino fundamental atingiu a marca de 7.308 alunos (IBGE, 2017). Segundo resultados recentemente divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referente à avaliação de 2019, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.3, superando a meta prevista para este período; os alunos dos anos finais alcançaram a nota de 3.7. O IDEB do município destaca-se como um dos melhores na região. Contudo, temos muito o que melhorar, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Por isso centramos foco na aprendizagem.



Pensar a formação escolar das jovens e futuras gerações é tarefa que se constitui a partir do reconhecimento e valorização de nossas identidades, diversidades e singularidades. Considerando o contexto local, a realidade e o perfil dos estudantes, respeitando os direitos humanos e a cultura nas escolas indígenas e quilombolas, nas escolas do campo, nas classes regulares com processo de inclusão de crianças com deficiências/transtornos/altas habilidades e na educação de pessoas jovens, adultos e idosos.

O território é o lugar de realização das manifestações humanas, tem afincos de pertencimento que geram conceitos e redefinições a depender de como é conduzida a base formativa de seus sujeitos. É necessário que a escola seja autora de decisões e ofereça ao educando o desenvolvimento necessário para uma efetiva participação social e poder de intervenção no meio em que vive. Para tanto, a construção curricular ou (re)elaboração curricular que se baseia em parâmetros educacionais promissores e significativos, que sejam caracterizados pela integração dos sujeitos participantes e autônomos, primeiramente deverá considerar como determinantes o conceito e a implicação prática de território e territorialidade.

O Referencial Curricular destaca o território não apenas como espaço geográfico, mas sim um conjunto das identidades, da dinâmica social, do pertencimento, hibridez e as múltiplas dimensões. Se o território, intrinsecamente, considera a dimensão humana e autonomia para a definição do futuro e desenvolvimento, percebe-se que dentro de um mesmo território haverá territorialidades de acordo com interesses, realizações e classes. Desta forma, a escola recorrerá a esses conceitos de forma soberana para o desenvolvimento de competências contextuais que potencializem as dinâmicas sociais, as iniciativas locais, as perspectivas emancipatórias e de identidades na construção ou (re)elaboração curricular. A concretização desse processo acontecerá a partir da inserção dessa prerrogativa no Projeto Político Pedagógico e na definição prioritária como objeto de formação dos educadores e contextualização das especificidades.

A inclusão do território e das territorialidades deve ocorrer em estudo da parte diversificada do currículo, bem como no movimento curricular como um todo, inclusive da base comum.

Em se tratando dos elementos identitários num contexto local, territorial/regional observa-se os fenômenos de utilização humana de espaços e lugares, dinâmica da interação social, ambiental, política, econômica e cultural,



critérios sociais e geográficos. Quanto a isto, o município de Caetité apresenta características próprias, daí a importância das novas gerações conhecerem a riqueza cultural, social e econômica do município, do território e até mesmo da região em que ele mora. Elementos que talvez tenham sido pouco trabalhados e precisam ser inseridos no currículo como: artesanato, dialetos, reisados, processo histórico de formação do município, os festejos juninos e religiosos, vegetação local, clima, pecuária, agricultura, comidas típicas, musicalidade locais, teatro, entre outros. É preciso olhar para esses aspectos dando-lhes mais características de realidade e inserindo-os como temáticas em grupos de estudos para formações escolares, envolvendo a comunidade escolar para apropriação e compartilhamento de ideias. O currículo é a sustentação para a formação de sujeitos que são seres sociais e históricos.

Considerando a realidade do município de Caetité em todos os seus aspectos; considerando a legislação brasileira que versa sobre a educação plena de nossas crianças; considerando, ainda, a BNCC que tem por fundamentos as territorialidades, as diversidades culturais e étnicas e as identidades e, por fim, o DCRB, algumas atividades/ações podem ser propostas com o intuito de possibilitar maior conhecimento aos estudantes sobre a realidade étnico-racial do município, suas relações interpessoais, dialógicas, comerciais e econômicas, formativas, culturais, linguageiras, artísticas, entre outras mais, tais como:

- Realização de pesquisas sobre o continente africano para conhecer e identificar atividades atuais em territórios negros (rurais e urbanos) que têm origem em matrizes africanas em diferentes campos do saber: matemática, língua, culinária, vestuário, danças, música, práticas agrícolas, contação de história, coletividade, trabalho colaborativo, entre outros;
- Visitação às comunidades quilombolas do município para conhecer saberes/fazeres de tradição africana;
- Realização de feira de artesanatos, festival de música e dança, desfiles com população negra, cujo objetivo é dar visibilidade as suas produções identitárias;
- Leitura de livros de histórias africanas e afro-brasileiras para representação e/ou discussão crítica;
- Realização de oficina de cabelo e turbante com vistas à elevação da autoestima de meninas e meninos negros;

- Apreciação de filmes e documentários que tragam as questões raciais como tema: “*The Eye of the Storm - Olhos azuis*”, “Mulheres e o cárcere”, “É uma menina: as três palavras mais mortais do mundo”, “Eu não sou negro”, “Ah, branco! Dá um tempo!”, “A 13ª emenda”, “25 de julho: feminismo negro contado em primeira pessoa”, “Morri na maré”, “A luta pelo direito à moradia e o direito à cidade”, “O massacre do El Dourado dos Carajás” e os filmes ficcionais: “Quanto vale ou é por quilo?”, “A espera de um milagre”, “Infiltrado na Klan”, “*Fruitvale Station*”, “Cidade de Deus”, “*Green Book*”, “Selma: Uma luta pela igualdade”, “Mississippi em Chamas”, “Corra”, “Moonlight”, “Ó paí, Ó”, “A hora do Show”, “Bem vindos a Marly-Gomont”, e tantos outros;
- Realização de vídeos pelas crianças com o objetivo de oportunizar a descoberta das culturas e identidades negras do município;
- Encontro das comunidades negras quilombolas uma vez por ano (evento exitoso em sua 10ª versão).

É necessário ampliar a visão de cultura local a partir do envolvimento de gestores públicos no planejamento e realização de eventos que tratem o território como identidade e pertencimento, valorizando os aspectos regionais e locais.

Cabe à parte diversificada do currículo promover a articulação das políticas públicas de convivência com o semiárido, de desenvolvimento territorial e de educação ambiental com os interesses de formação básica do cidadão e suas características geoambientais, socioambientais, históricas, culturais e econômicas, além do horizonte de expectativas dos estudantes que perpassam o currículo em sua integralidade. Essa prática garante a autonomia da escola ao caracterizar o seu lugar, tornando os educandos sujeitos políticos e autores de decisões. Isso é possível a partir da participação social e governança como práticas cidadãs para o desenvolvimento sustentável. Não haverá sustentabilidade sem consciência e participação política a nível local.

Todas as discussões e estudos voltados para (re)elaboração curricular visam sobretudo a formação integral do indivíduo, em sua dimensão intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para tal, a educação deve ser projeto coletivo, sustentado na equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade. Quando se considera educação integral, ideal do educador Anísio Teixeira, percebe-se o favorecimento de processos de investigação, de forma indissociável nos diferentes territórios, em

fortalecimento à transposição de saberes e práticas, construção de conhecimentos significativos, com autonomia, protagonismo e experimentação.

Desta forma, ao considerar a intencionalidade educativa do município de Caetité no que concerne a (re)elaboração curricular, buscando a integralidade na formação dos estudantes, percebe-se a necessidade, primeiramente, da formação docente; e em seguida a realização de múltiplos diálogos com a comunidade escolar, como um todo, para o estabelecimento de metas a serem alcançadas em um território com especificidades, que deverá ser conhecido e reconhecido em suas origens e atividades culturais, tanto em dimensão urbana, do campo e de comunidades quilombolas e nos diversos contextos. E assim, promover um currículo vivo e transformador de vidas em diversas realidades.

No contexto local do município de Caetité é possível propor a ampliação na visão de ancestralidade, ou seja, ir além da abordagem dos grandes homens e de refletir elementos da formação histórica, apontando a importância do papel da mulher na sociedade. Um trabalho biográfico de pessoas da comunidade a partir da formação dos bairros periféricos e do impacto da organização espacial da cidade, no campo da diversidade cultural.

Faz-se necessário ampliar o diálogo com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para pensar a cultura afro-brasileira com enfoque na história das comunidades quilombolas e no estudo das relações étnico-raciais com a finalidade de



combater toda e qualquer manifestação de racismo ou discriminação nas escolas. Além disso, garantir as especificidades das unidades de ensino do campo, valorizando a vida, a cultura e os saberes destes coletivos na elaboração da política curricular do município.

A educação como forma de transmissão/apropriação da cultura é uma prática essencialmente humana e é por ela que os homens podem adquirir conhecimentos que permitem ampliar seus horizontes sobre o mundo natural e social. Para isso, o município de Caetité deve encarar a territorialidade como uma estratégia de estabelecer relações de acesso com os sujeitos, as culturas, os saberes, os movimentos sociais, as modificações territoriais no tempo e espaço, que são características fundamentais para que o currículo municipal conceba, na sua abordagem, as diferenças e identidades da população, adequando às peculiaridades, à cultura e costumes locais, dos povos quilombolas, das vegetações e extrações minerais já que fazem parte do Território de Identidade Sertão Produtivo. Envolvendo, acima de tudo, a ideia de construção de identidades no tempo e no espaço. O entorno da unidade escolar, as bacias hidrográficas, as áreas naturais mais próximas, os aspectos da urbanização e da ação antrópica que modificam a paisagem natural, os grupos culturais locais, as associações, os pontos de encontro da comunidade - todos esses aspectos devem ser inseridos nas práticas formativas escolares, direcionando olhares, investigações, sem prejuízo do rigor científico, ao contrário, conduzindo o aprimoramento da pesquisa científica a partir de elementos da territorialidade.

Nessa perspectiva, é importante enxergar o currículo não como um documento pronto, engessado e fixo, mas algo que deve ser constituído na coletividade, haja vista que a realidade de uma região não é idêntica a outra. Cada povoado ou distrito tem autonomia para expor suas produções e manifestações, seja ela identitária, cultural, histórica, artística ou voltado para os aspectos climáticos, geográficos, entre outros. Tudo isso interfere no processo educacional de reconstrução, pois o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais.

4. MARCOS LEGAIS

A (re)elaboração do **Referencial Curricular Municipal de Caetité** teve como fundamentação legal os dispositivos que orientam a organização e funcionamento da educação no Brasil, em nível nacional, estadual e municipal. O embasamento legal constitui princípio indispensável para tomadas de decisões, conseqüentemente, para



construção responsável de todo e qualquer documento desta natureza. A finalidade dos dispositivos legais é assegurar o desenvolvimento e a efetivação de políticas educacionais que promovam a construção de um novo paradigma de justiça social, a partir das decisões políticas das diversas instâncias do governo e de órgãos e entidades representativas da sociedade.

A partir de um conjunto de dispositivos legais, o Sistema Municipal de Educação de Caetité-BA tem como compromisso apresentar um Referencial Curricular Municipal que considere o contexto sócio-histórico e as múltiplas identidades culturais que compõem esse município, valorizando os conhecimentos tradicionais presente na comunidade. Assim, o documento proposto, toma como ponto de partida o Plano Nacional de Educação (PNE), em especial, as estratégias 2.1 e 2.2 da Meta 2 e as estratégias 3.2 e 3.3 da Meta 3 que se referem ao compromisso de pactuação entre o MEC e os entes federados, mediante a consulta pública, elaboração de propostas de direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos do país. Metas e estratégias também presentes no Plano Municipal de Educação (PME). Essa interrelação demonstra que o presente documento é comprometido com encaminhamentos externos à sua realidade ou seu ideal, tensionado em grande medida por concepções, ideais, princípios e forças que disputam com prerrogativas locais. Contudo, é no limite da legalidade que se estabelece a autonomia do município e o respeito às determinações estaduais e federais. Neste sentido, importa, pela grandeza do seu objetivo, citar o Documento Curricular Referencial do Estado da Bahia (DCRB), que tem como finalidade precípua orientar, incentivar e potencializar as produções de conhecimentos elaboradas pelas unidades escolares do município, *para garantir o direito de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes, transformando realidades e fazendo valer a justiça social com mais igualdade de oportunidades.*

Contudo, é indispensável reconhecer que a atual política nacional de currículo instituída por meio da BNCC, se inicia com a Constituição Federal de 1988, Carta Magna da nação brasileira, com destaque ao Artigo 205, que determina a educação *direito de todos e dever do Estado e da família, (...) promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.* A referida Carta, no Art. 210, estabelece a necessidade de que *sejam fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos*

valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, o que serviu de amparo legal para a Construção da Base Nacional Comum (2017).

Oito anos após a aprovação da Constituição de 1988, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Assim, a organização e funcionamento da educação brasileira, a partir de 1996, passaram a seguir diretrizes previstas na Lei nº 9.394/96. Contudo, na construção do presente documento foram prioritárias e oportunas às análises dos Artigos 2º, 3º, 9º; 26 e 27, que tratam, de forma mais específica, da organização curricular da Educação Básica.

Sempre relevante registrar o Art. 2º, que define os princípios gerais e finalidades da educação, objeto de análise, considerando a definição primeira das instituições responsáveis pela educação, acrescentando os princípios orientadores para sua organização, que traz:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A partir deste entendimento, o regime de colaboração entre os entes federados tem caráter indispensável e decisivo para o alcance de suas responsabilidades. A Secretaria Municipal de Educação de Caetité, na elaboração do presente documento, considera como referência o Documento Curricular Referencial da Bahia, visto que não se trata de um sistema isolado, somos parte de um todo que se articula, compreendendo o que é comum e o que é específico em nome da formação básica, conforme o Art. 9º, Inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, que preconiza que cabe à União:

IV - Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Por uma formação básica comum para todos e todas, democratização dos saberes ou conhecimentos “mínimos”, portanto, faz-se necessário a elaboração da BNCC, do DCRB e do Documento Curricular Municipal em estreitas aproximações. A

LDB complementa, trazendo à luz das diversidades regionais, territoriais ou locais o *caput* do Artigo 26¹:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Dessa forma, no Art. 26, fica estabelecida a concepção de currículo contextualizado nas realidades local, social, escolar e até do próprio aluno, o que é aprofundado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998, que *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*; Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, que *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* e da Resolução nº 1, de 7 de abril de 1999, que *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. As resoluções citadas foram ampliadas em função de novas discussões em torno da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, ampliando e organizando o conceito de contextualização, adicionando “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, p 22. Assim, na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, o Conselho Nacional de Educação define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN), que visam:

estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipal, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico (Parecer nº 7 p. 2, 2010).

Neste parecer fica consolidado como parte fundamental na articulação curricular as Modalidades de Ensino, ponto que, no âmbito da BNCC, ocupa lugar de ausência e invisibilidade. No DCRB, embora citadas, não são tratadas em suas

¹ Redação dada pela Lei nº 12.796/2013, incluindo educação infantil na obrigatoriedade da base nacional comu

especificidades. Para o Documento Referencial Municipal de Caetité, as Modalidades de Ensino compõem espaço de relevância.

Com relação aos temas geradores ou temas intercurriculares, importa ressaltar a Resolução da CEB nº 07/2010, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. O Art. 16 destaca que os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos abordagens de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana, apresentando temas como: saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.

A referida Resolução também faz destaque ao tema Direitos das crianças e adolescentes, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, que em seu Art. 4º reafirma a quem compete o dever de assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A BNCC também está respaldada no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014, que reafirma a necessidade de uma base nacional comum curricular nas Metas 2, 3, e 7 do PNE, Lei Nº 13.005/14 (BRASIL, 2014), no que se refere aos currículos das etapas e modalidades da Educação Básica, quando orienta a União, Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração de uma BNCC nas seguintes estratégias:

2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014).



De acordo com a estratégia 7.1, acima descrita, **o foco está na aprendizagem como elemento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades**, motivo pelo qual este documento elegeu “Aprendizagem” como item específico, pois, compreendemos que de nada valerão os esforços se a aprendizagem não for assegurada. A importância de uma política de currículo é a melhoria da qualidade da educação, por conseguinte, desenvolvimento da aprendizagem.

No Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Caetité, na meta 7, estratégia 7.1, afirma:

7.1. Estabelecer e implantar, durante a vigência deste plano, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.2. Assegurar que, no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável. (CAETITÉ, 2015).

Nas estratégias 7.1 e 7.2, encontramos abordagem acerca das ações que serão pautadas visando a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem o que representa a implantação da Base Nacional Comu. No ensino fundamental, destacam-se os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Assim, prevista na Constituição Federal, na LDB nº 9.394/96 e no PNE Lei nº 13.005/14, a BNCC das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi finalmente instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de dezembro de 2017, e dispõe:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares. (CNE, 2017, Art. 1º p. 4).

É importante salientar que o documento que se refere a *Base Nacional Comum Curricular* enfatiza às *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica* com fundamentos a orientar a elaboração dos currículos escolares, conforme o trecho a seguir:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está



orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 7).

Dessa forma, fica evidenciado o caráter legal da BNCC enquanto documento que orienta a elaboração ou (re)elaboração dos Currículos dos Estados e Municípios. Obviamente, não se trata de um documento inquestionável, ao contrário, muitas são as críticas e inquietações acerca do documento, suas concepções e contradições. Trata-se de um documento que exige reflexão, estudo e debate; processos pelos quais todos os professores e professoras precisam de envolver. A superação das fragilidades e ou contradições só será possível a partir desse envolvimento, afinal, a educação é a via pela qual produzimos a humanidade, a formação e o desenvolvimento humano integral, considerando as dimensões humanas: intelectual, física, afetiva, social, ética, etc.

5. MARCOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Compreendendo a BNCC como documento mandatário e ao mesmo tempo como a correlação do espaço de autonomia dos sistemas de ensino, localiza-se a fundamental possibilidade de construção de um Referencial Curricular construído a partir de uma abordagem crítica. A pretensão aqui é, se permitir, ou seja, se autorizar enquanto professor e professora, a realizar um mergulho nas concepções e intencionalidades da BNCC e do DCRB, a partir do desenvolvimento do pensamento crítico e propositivo, crítico na perspectiva de perceber a realidade concreta, para além das aparências. Assumir posicionamento propositivo, no sentido de apresentar alternativas que nos permitam fazer traições, pois, para início de conversa, vale ressaltar que estamos falando de política de currículo, logo, estamos falando de um elemento que nada tem de ingênuo ou desinteressado, o currículo. De acordo com os autores Antônio Flavio Moreira & Tomaz Tadeu (2011), sobre currículo, pode-se afirmar:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA & TADEU, 2011, p.14).



Este é um conceito de currículo que nos ajuda a refletir sobre o papel da escola na sociedade e seu compromisso com a formação integral de cada criança, adolescente, jovem, adulto e idoso. Um currículo que vise a construção de uma educação humanística, emancipatória e transformadora. Será esse o compromisso da BNCC? Enquanto luta histórica, a Base Nacional Curricular representava estratégia para promoção da diminuição das desigualdades no processo educacional brasileiro. Afinal, a escola pública, como dizia Anísio Teixeira, “é a máquina que prepara as democracias”. Contudo, a BNCC, como foi estruturada, requer análises profundas sobre intencionalidades, proposições e concepções no âmbito da educação pública, requer enfrentamentos, pois representa um outro projeto de sociedade, pautado na lógica neoliberal. Portanto, não se discute educação descolada da conjuntura política.

O neoliberalismo vê a educação por meio de sua concepção de sociedade pela lógica do interesse do mercado, seja na perspectiva da formação dos seres empreendedores, seja pela transformação da educação em mercadoria... O Referencial Curricular de Caetité tem como premissa garantir educação integral enquanto política de direito à luz da formação omnilateral, considerando o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação, enquanto leis construídas com base nos princípios democráticos vivenciados ativamente pelo coletivo de professores. A Base Nacional Comum Curricular, enquanto estratégia controlada pelos interesses do capital financeiro, o entrelaçamento dessas políticas e a educação pública municipal no âmbito das disputas e contradições, exigem estudos e análises aprofundadas, as quais investimos esforços para desenvolver.

A abordagem no campo teórico terá como pressupostos básicos contribuições de autores que pensam a educação pública na contramão do sistema e que possibilitam a construção de uma educação humanística, emancipatória e transformadora. As concepções pedagógicas fazem parte do fazer pedagógico, elas produzem valores, formas de atuação e tomadas de decisões. Estão presentes no cotidiano escolar, de modo geral, nas práticas pedagógicas, se traduzindo na formação dos sujeitos. Aqui, não visamos definir ou determinar, de forma radical, uma única concepção teórica pedagógica, menos ainda eleger àquela que norteará o Referencial Curricular do município, trata-se de identificar, no âmbito da rede de ensino, as concepções que permeiam o universo das reflexões, entendimentos e ações. Contudo, dialogar com concepções pedagógicas que coadunem com o